

LUGARES DE TRABALHO ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM

A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO



Editores:
César Ferreira
José Manuel Castro
Joaquim Coimbra



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

EDIÇÃO

Instituto do Emprego e Formação Profissional
Delegação Regional do Norte

Título

LUGARES DE TRABALHO – ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM
A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Direcção Editorial

Celina Geraldes

Coordenação Editorial

Silvia Vieira, Marta Correia, Elisabete Pires, Maria Margarida Dias

Data da Edição

Agosto 2015

Tiragem

60 exemplares

Depósito Legal

231160/05

ISBN

978-989-638-056-4



Luis Borges Gouveia
Professor Associado com
Agregação
Universidade Fernando Pessoa
lmbg@ufp.edu.pt

Uma reflexão sobre o digital e o impacte no trabalho

Resumo

O texto propõe uma reflexão sobre o digital e como este altera o papel do trabalho e quais as suas consequências para o emprego, tendo como ponto de partida a emergência da sociedade em rede. Neste contexto, pode-se considerar a sociedade da informação como um período de transição que estamos a viver. Mesmo assim, a sociedade da informação impõe mudanças na atividade humana, pelas suas três características essenciais: uso intensivo de computadores e redes; incremento da informação digital, como meio principal de troca de informação e a emergência das organizações em rede. Assistimos assim, a uma alteração efetiva das necessidades de trabalho e a uma conseqüente alteração também do emprego. Além das tradicionais mudanças avançadas pela literatura, presenciamos uma evolução significativa da construção de valor que implica uma organização de trabalho alternativa e mais baseada na colaboração e nas redes. A discussão proposta, avança com uma abordagem estruturada destes conceitos tendo em conta os desafios que se colocam pelo uso intensivo das plataformas digitais e que forçam uma diminuição das necessidades de trabalho humano. O impacte é suficientemente profundo para uma alteração de valor acrescentado, mesmo em atividades criativas. Estas, por sua vez, forçam a uma diminuição da potencial retribuição por esforço realizado e alteram os equilíbrios que estamos habituados a reconhecer nas relações entre trabalho e emprego. O texto defende a necessidade de refletir sobre estas questões.

1. Introdução

Vivemos tempos de transformação. A globalização, o desenvolvimento sustentável e a sociedade da informação tem trazido ao planeta inúmeros desafios que, nos anos mais recentes, conduziram a uma profunda crise que afeta o funcionamento daqueles que são os pilares em que assenta a nossa sociedade. De facto, as nações estão em perda de soberania e a crescente sofisticação da tecnologia, bem como os avanços da ciência, parecem não corresponder a melhores formas de organizar a atividade humana.

Em especial, a atividade económica tem mostrado sinais de mudança com profundas implicações para as organizações e para a forma como estas se estruturam, funcionam e se relacionam. Um conjunto alargado de autores foi sucessivamente apresentando algumas destas

transformações, anunciando mudanças mais ou menos drásticas, mas todas elas alertando para as profundas alterações e influências que potenciam o digital como criador de novos contextos para o trabalho e para novas formas de emprego.

A título de exemplo, destaque para as tradicionais visões ainda no decurso do Século XX, nos anos 80, defendidas por Alvin Toffler, que apontavam para a emergência de uma terceira vaga, com alterações profundas na sociedade e na sua organização. Em especial, identificando a crise de identidade das corporações e o aparecimento de novas regras para o trabalho ou antevendo o ruir da nação, como unidade de soberania num dado território associada a uma dada população – curiosamente, títulos de capítulos nas suas obras sobre estes temas (Toffler, 1984).

O mesmo autor, uma década mais tarde, na sua obra dedicada à questão do poder, defende que a vida na economia “super simbólica” teria consequências para as organizações e para os territórios, bem como as suas práticas, que tenderiam a ser delimitadas e protegidas geograficamente. Desta forma, coloca-se entre os primeiros que associa o poder do conhecimento e das redes. Em conformidade com essa ideia avança com a empresa flexível como forma de encontrar novos equilíbrios num contexto de confronto de informação que afirma mesmo se tratar de uma “guerra da informação” (Toffler, 1990).

É nesta obra – Os novos poderes – que é feita uma referência ao novo desemprego e a uma transformação no mercado de trabalho, em que a maioria dos trabalhadores “passa a lidar mais com símbolos, do que com factos” (Toffler, 1990).

Destaca-se também, na sequência desta linha de pensamento, um outro autor reconhecido como um dos evangelistas do digital e das suas virtudes, que afirma que o mercado de trabalho “vai sofrer uma transformação radical fruto de se trabalhar menos com átomos e mais com bits”, defendendo, numa clara alusão à importância da crescente utilização de meios digitais, que tornam assim acessível, por via das comunicações e da globalização, o acesso a especialistas a uma fração do seu custo, nos países mais desenvolvidos (Negroponte, 1995).

Estas transformações não estão isentas de riscos e autores como Ignacio Ramonet (2002) afirmam mesmo que, resultado de um mundo inicialmente unipolar (e posteriormente multipolar), após a queda da antiga União Soviética, estamos perante uma segunda revolução capitalista que emerge da convergência de um conjunto de transformações verificadas em três campos: (1) no domínio tecnológico que permitiram a concretização e sofisticação da Internet, acompanhada de mudanças revolucionárias no trabalho, na economia, na educação e na criação de conhecimento, entre outras; (2) no domínio económico, com as novas tecnologias a permitirem a expansão da esfera financeira, estimulando atividades com qualidades: planetárias, permanentes, imediatas e imateriais; e por último (3) no domínio sociológico que resulta de mudanças ocorridas nos dois domínios anteriores e que colocam em causa as prerrogativas tradicionais do estado-nação e corrompem uma concepção de representação política e de poder, baseada nas hierarquias (vertical e autoritária), que transforma cada vez mais em estruturas em rede, horizontais e consensuais (Ramonet, 2002).

Mas existem também visões otimistas que apontam oportunidades que emergem com o digital e permitem novos campos de exploração para a atividade económica, com impacto na forma como trabalhamos e nos empregos que temos. Em especial, Yochai Benkler (2006) defende a emergência da produção social e o aparecimento de ambientes em rede, com base em plataformas digitais que transformam o trabalho e alteram as premissas do emprego, transformando a criação de valor em atividades mais participadas – onde as interações entre os seres humanos é cada vez mais mediada de forma digital. Estas resultam da co-criação e de parcerias num ambiente mais próximo de um ecossistema em transformação constante, em contraponto com um ordenamento baseado em organizações (mais tradicional) que interagem num contexto meramente de mercado (Benkler, 2006).

Urge pois, uma reflexão das questões do trabalho e do emprego num contexto de transformação que o digital já iniciou. As promessas e alertas dos autores referidos têm, em muitos casos, décadas. A análise proposta por estes autores, realizada como um exercício de prospetiva, teve concretização no quadro de alterações que entretanto ocorreram, validando os seus raciais, cujo presente exercício, se propõe contribuir para a sua extensão.

Desta forma, este trabalho propõe uma visita com vista a refletir como essas mudanças afetam o trabalho e o emprego. O texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução e é complementado por uma lista de referências dos trabalhos e autores citados no texto (sexta e última seção). As seções 2 e 3 apresentam os aspetos de contexto para a reflexão proposta. A seção 4 é uma versão adaptada da parte de um texto, já publicado e que apresenta a sociedade em rede (Gouveia e Neves, 2014). A quinta seção, comentários finais, conclui o texto em defesa do emprego – apresenta o essencial da posição do autor, sobre o tema e fecha este texto.

2. As questões do digital

A informação é um recurso crucial para a atividade humana. De facto, considerando a produção de bens e serviços ou simplesmente a satisfação de necessidades de cada indivíduo, quer na sua qualidade de profissional, quer na qualidade de cidadão, a informação assume um papel de crescente importância.

Para a tomada de decisão ou ação, é exigida informação. Desta forma, todos os recursos que assegurem a melhor qualidade da informação, a sua mais fácil distribuição, recolha e apresentação, são determinantes para o desempenho de pessoas e organizações. Os indivíduos podem processar informação, enquanto computadores só podem processar dados. Esta implicação leva à distinção entre Sistema de Informação e Sistema de Processamento de dados (Beynon-Davies, 2002). No primeiro, os indivíduos possuem um papel importante e indissociável do Sistema de Informação, no segundo, não há intervenção humana e então fala-se de um sistema de processamento de dados que pode ser potenciado pelo uso do computador (Gouveia e Ranito, 2004).

Para a manipulação de dados recorremos a processos, mas para a troca e partilha de informação, baseamo-nos no recurso a convenções comuns. Desta forma, pode existir a possibilidade de obter a mesma informação com base num conjunto de dados, recorrendo a diferentes processos em alternativa. São pois, os processos, a forma que individualiza cada grupo de pessoas nas organizações, na forma como lidam com dados e informação – o crescente recurso a computadores e redes, tem pressionado o envolvimento das seres humanos tornando este mais sensível à qualidade dos mesmos e à sua capacidade de gerar valor – pois se não for o caso, existem alternativas de menor custo e mais eficientes (no contexto da oferta de práticas e aplicações de computadores de sofisticação crescente).

Por outro lado, para o desenvolvimento das atividades dos indivíduos e das organizações é necessária informação. Esta serve como material de apoio para a ação informada e para a decisão informada. Para “informar” tanto a ação, como a decisão, há que garantir um conjunto de requisitos:

- A qualidade da informação: que esta seja precisa, completa, concisa e oportuna, de modo a garantir o máximo proveito e rigor nas consequências da sua utilização;
- O acesso à informação: como garante quer da igualdade de acesso, quer da preservação e controlo na obtenção de um recurso cada vez mais crítico à atividade humana;
- O entendimento da informação: possuir a informação exige saber lidar com ela, compreender e potenciar a sua utilização. É igualmente importante, garantir as competências do indivíduo para seleccionar, descartar e estabelecer prioridades na utilização deste recurso;
- A partilha da informação: prover as facilidades para partilha e obtenção de informação de forma coletiva. Para tal é necessário assegurar identificadores e conceitos comuns e estabelecer processos de gestão da informação que sejam compatíveis ou integráveis;
- Lidar com o excesso de informação: como forma de assegurar que questões associadas com a capacidade cognitiva dos indivíduos seja respeitada. Tal aspeto terá necessariamente consequências no que diz respeito à produtividade e à capacidade de trabalho útil de cada indivíduo.

Resulta assim que os principais desafios que se colocam a quem trabalha, são a sustentabilidade do próprio emprego. Os desafios atrás enumerados não são novos e, em boa verdade, constituem preocupações antigas e recorrentes. No entanto, o desafio colocado pelo digital e pela crescente digitalização da informação e mesmo da atividade humana, com valor, leva a que estejamos perante desafios de mudança assinaláveis e que fazem perigar as noções existentes de trabalho e de emprego.

3. Trabalho e atividade humana no Séc. XXI

A relação entre a atividade económica e o trabalho e as condições de trabalho é reconhecida por muitos. Numa obra recente, Alan Greenspan, um economista influente (foi o Presidente da Reserva Federal Norte-Americana) descreve que o crescimento económico nos EUA produziu um excesso de riqueza utilizado na melhoria da qualidade de vida, apontando quatro pontos principais: (1) maior longevidade de vida (pelo aumento de saneamento e água potável e pelos cuidados de saúde); (2) um sistema universal de ensino (que aumentou consideravelmente a mobilidade); (3) a melhoria das condições de trabalho; e (4) a capacidade de proteger o ambiente (Greenspan, 2007). Verificamos nestes anos mais recentes, por via da perda de competitividade das economias, uma degradação das condições de trabalho com uma alteração e impacte, também negativo, no emprego – nomeadamente no que se refere à sua retribuição, ao aumento de impostos associados e aos vínculos, menos permanentes, em muitos casos e com menos garantias, noutros. Assistimos pois, a uma curva inicialmente ascendente de benefícios e, posteriormente, descende – tendência que no momento estamos a testemunhar.

Por sua vez, a digitalização da economia, trouxe transformações significativas. Numa relação de negócio electrónico, a mediação por via electrónica da interatividade entre alguém – representado por cada indivíduo em particular – e uma organização é um dos seus factores distintivos. Cada organização é em si um resultado da interação de um grupo de indivíduos que suporta as atividades dessa organização e interage em seu nome, com o auxílio dos diferentes sistemas de informação que, de forma mais ou menos sofisticada, permitem o suporte da atividade realizada.

O jogo é que estas interações, se mantidas de forma regular, proporcionam uma história de relacionamento e estas, alteram a natureza das interações, alterando o valor gerado e os custos associados com a sua execução. Mas os custos de manutenção dos relacionamentos, tem vindo a subir de uma forma significativa.

Deste modo, as interações constituem-se como uma alternativa viável. Cada organização está interligada com as outras organizações por efeito de uma rede que é suportada pelos respectivos sistemas de informação e que inclui parceiros, como fornecedores e clientes, e entidades, como os reguladores, o Estado e as entidades financeiras. A capacidade de garantir a interação por via dos meios electrónicos permite uma agilização e uma capacidade de resposta elevada – acelerando tempos e provocando a necessidade de intermediar a atividade humana com meios digitais. É precisamente ao processo de desenvolvimento das condições que permitam a cada organização, fazer parte deste esquema de interação e mediação digital, que poderemos designar por negócio electrónico (Gouveia, 2006).

Neste contexto, a organização necessita de desenvolver em si própria os meios para dar resposta aos processos primários e de suporte da sua atividade. Para o efeito, uma das formas de o fazer é por meio de um ambiente que proporcione o grau de integração de informação e garanta um de capacidade de resposta adequada (Gouveia, 2006).

O local de trabalho constitui-se assim como um espaço, não necessariamente físico e muito menos síncrono em tempo, que envolve quatro propósitos (Gouveia, 2006):

- Ligar a organização aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e outros parceiros de negócio;
- Proporcionar aos profissionais da organização acesso fácil a informações internas e externas à organização;
- Proporcionar aos profissionais da organização uma janela única para as suas aplicações e os seus sistemas, essenciais à resolução de problemas dos processos de negócio;
- Assegurar a distribuição oportuna de informação aos profissionais e demais colaboradores da organização.

O recurso a computadores e redes permite assegurar um local de trabalho que seja o mais conveniente possível e permita a integração com os diversos sistemas da organização, por mais complexos que eles sejam. Locais de trabalho integrados são uma das vantagens competitivas que uma organização pode ter. E que, num contexto cada vez mais competitivo, terá mesmo que possuir (Gouveia, 2006). Acresce que os serviços públicos tem de acompanhar estas tendências de forma a não constituírem um custo de contexto que empurre a competitividade de um território para posicionamentos “fora da rede”.

Por sua vez, Luís Mira Amaral refere que o emprego é um recurso escasso na sociedade da informação (Amaral, 2007). O mesmo autor acrescenta que, se a difusão das tecnologias de informação e a automação se limitar a fazer crescer a produtividade global do sistema, sem reorganizar a estrutura económica e social e sem permitir satisfazer novos tipos de procura final, o sistema continuará desequilibrado (Amaral, 2007). Ainda este autor concluiu que precisamos de novas formas de organização económica que geram uma nova regulação do trabalho.

Segundo a análise de Moniz (2007), as políticas da sociedade da informação no contexto português tem revelado o modo como a temática do emprego e do trabalho são transversais para a promoção da modernidade da vida quotidiana. O mesmo autor concluiu ainda que as questões do emprego e do trabalho, mesmo no âmbito da sociedade da informação, se revelam como temas estratégicos para a ação política, quer na administração pública, quer para os parceiros sociais, enquanto representantes das esferas empresariais e da atividade laboral (Moniz, 2007) – curiosamente, o agudizar da recente crise económica, ainda recentrou mais o papel destas questões no contexto das políticas públicas, mesmo a nível europeu.

As pressões sobre as economias mais desenvolvidas não são menores. De facto, pode-se colocar a questão se as novas áreas e as oportunidades criadas pela sociedade da informação conseguirão gerar empregos para os mais novos que chegam ao mercado de trabalho e repor os empregos perdidos nas áreas mais afetadas pelas transformações em curso (Amaral, 2007).

De facto, um estudo recente sobre o futuro da ciência e inovação tecnológica, no âmbito da Comissão Europeia, elegeu a criação de emprego como a segunda prioridade mais considerada. Neste estudo, a

prioridade mais escolhida em primeiro lugar, foi mesmo a criação de emprego e constituiu desta forma a opção com mais indicações em primeiro lugar (figura 1). Este estudo recente, demonstra a preocupação com as questões de emprego e como se prevê ainda num horizonte de médio/longo termo, que estas continuem a constituir um desafio central para a Europa (STAC, 2014).

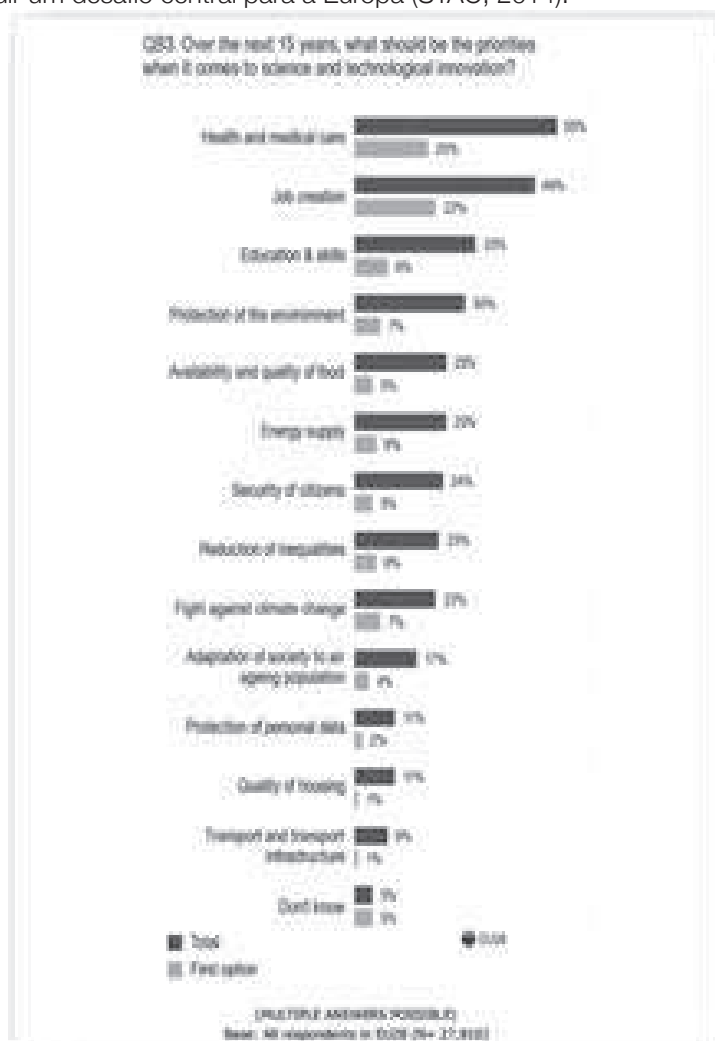


Figura 1: Respostas sobre quais devem ser as prioridades na ciência e inovação tecnológica
Adaptado de <https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/news/report-science-and-technology-advisory-council-stac-future-europe-science>

Neste contexto, importa referir que as preocupações com o emprego tem sido objeto recorrente de estudo. A título de exemplo e no contexto nacional, o Grupo de Alto Nível (GAN) da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) numa das suas tomadas de posição – a sexta, ocorrida em Julho de 2008, listou os sete grandes desafios da economia da informação, sendo que o quinto era precisamente sobre a criação de empregos na sociedade da informação (Coelho, 2011), onde é estabelecida uma relação entre o saldo empregos resultantes e o investimento em educação e no sector da informação, enquanto atividade económica – elegendo a formação como uma prioridade (muito de acordo com o que tem constituído o essencial das políticas públicas, sobre a matéria).

Neste estudo GAN, defende-se que muito do emprego criado terá como foco, a manipulação de informação digital, pela incorporação de valor, garantias da segurança da informação ou da sua qualidade e pela prestação de serviços que requerem um conjunto de competências que a seguir se listam e para as quais urge criar oportunidades de formação e treino que capacitem os recursos humanos.

Deste modo, é valorizado (Coelho, 2011):

- Literacia digital;
- Capacidade de exploração de informação crítica;
- Competências de análise de informação;

- Capacidade de trabalhar em equipa;
- Capacidade de desenvolver conteúdos em cocriação;
- Possuir e desenvolver posturas profissionais proactivas;

Em consequência, a formação e treino deve possuir igualmente, uma preocupação de ser de base científica mas com iguais preocupações humanistas (com o indivíduo e com a sociedade – traduzindo-se tal como uma ênfase para a produção de conhecimento com valor social). Em complemento, é defendido que mais do que criar perfis de formação fechados com forte especialização, se sugere que deve ser desenvolvida uma cidadania digital que prepare para um período de grande renovação de profissões, da própria atividade económica e da sociedade – aspeto fortemente partilhado pelo autor do presente trabalho.

4. Dos computadores à exploração do digital: a sociedade em rede

O conceito de sociedade em rede contempla um leque alargado de fenómenos que tem ocorrido a partir da segunda metade do Século XX e à escala global. Trata-se do sucessor de um conjunto de conceitos que em conjunto identificam parte das suas características: pós industrialização, Sociedade da Informação, pós Fordismo, pós-modernidade e globalização (Gouveia e Neves, 2014).

Estas propostas, enquanto discursos, defendem em comum a prevalência da rede, em substituição da hierarquia, como modo de organização mais comum, na forma como os indivíduos interagem em sociedade (Barney, 2004).

Adicionalmente ao papel das redes, o crescente uso do digital e da mediação de tecnologias que o proporcionam (TICs), constituem a infraestrutura básica que serve de mediação quase que exclusiva, a um leque alargado de práticas sociais, políticas e económicas (Castells, 2001).

Segundo a formulação de Castells, a sociedade em rede é formada por redes de produção, poder e experiência, construindo uma cultura de virtualização nos fluxos globais que transcende o tempo e o espaço (Castells et al., 2007). Em conformidade, as instituições, pilares da sociedade, necessitam de se reorganizar de forma a dar resposta à extensão dos conceitos de tempo e espaço, de acordo com o digital que torna estes conceitos mais elásticos e os transforma e os estende, multiplicando as suas variantes em diversas modalidades, muitas delas ainda em evolução.

Conforme Castells defendeu, numa sociedade em rede, o poder e a falta de poder são função do acesso a redes e do controle dos seus fluxos (recursos, informacionais e financeiros – que constituem ativos globais sensíveis e geralmente denominados global commons) (Castells et al., 2007). Segundo o mesmo autor, as redes constituem-se como portas de acesso onde se sucedem oportunidades sendo que, fora das redes, a sobrevivência é cada vez mais difícil.

Castells propôs, em 1989, a existência de um espírito do informacionalismo enquanto ética fundadora da empresa em rede. Aliás, Castells sempre se recusou ao uso do termo Sociedade da Informação e preferiu em alternativa o termo do termo Sociedade Informacional (Castells, 1989).

O designado espírito do informacionalismo é resultado de muitas culturas e projetos, produto dos diversos intervenientes nas redes que a informam e são influenciados por ela, resultando em transformações organizacionais e culturais aceleradas. Esta dinâmica consegue constituir uma força material na medida em que informa, força e molda as decisões económicas e até estratégicas da (vida) da rede, sendo que este espírito constitui a forma de destruição criativa acelerada por via dos dispositivos electrónicos e do digital e que impõe novas práticas de um modo quase que imposto, quer a organizações, quer a indivíduos (Gouveia e Neves, 2014).

Considerando a sociedade em rede e as questões da passagem do conhecimento às políticas a instituir, Castells defende que as transformações na nossa sociedade que ocorrem em modo crescentemente acelerado e iniciadas por volta de 1970 são despoletadas pelo uso de computadores, mas claramente multidimensionais e resultado do molde que os indivíduos geraram da interação com computadores, redes e o digital (Castells e Cardoso, 2005).

O mesmo Castells reforça o óbvio: que a tecnologia, embora necessária não é suficiente para a nova e emergente organização em rede que caracteriza o número crescente de instituições e empresas com maior sucesso, influência e capacidade de sobrevivência num mundo em transformação. As tecnologias digitais têm possibilitado às redes, o ultrapassar dos seus limites históricos e com isso criar rupturas na forma como os seres humanos fazem a sua própria história e se organizam em sociedade (Gouveia e Ranito, 2004).

Estas transformações passam pela economia, organização do trabalho, socialização e consciência do próprio indivíduo, e englobam até o modo como comunicamos, organizamos os nossos sistemas políticos e representamos a nossa identidade coletiva, com impacte na própria noção de Estado. Tal situação, tem necessariamente que ter implicações no modo como vivemos em sociedade e como nos regulamos, pelo que novas políticas devem ser desenvolvidas para o efeito, reformando em especial o sector público, pois é o que apresenta pela sua própria construção, maior inércia para as mudanças necessárias (não esquecendo a escola, a nossa noção de progresso, de justiça e, em especial, de que proteção legal necessitamos e para quê – das patentes, ideias e produtos à propriedade privada), conforme descrito e enquadrado em Gouveia e Neves (2014).

Por sua vez, Manuel Castells apresenta também dois dos dilemas do nosso tempo (Castells e Cardoso, 2005):

- (1) Criatividade e libertação pelo conhecimento OU capitalismo 2.0;
- (2) Democracia participativa OU controle político.

Em complemento, Cardoso alerta que a Internet como tecnologia pode ser objeto de apropriação e utilização de forma conservadora, sem tal significar mudanças significativas de hábitos e práticas em uso na sociedade (Castells e Cardoso, 2005).

Por outras palavras, a hipótese de a Internet se constituir como a ferramenta de desenvolvimento e construção de projetos tem de ser tomada com prudência, uma vez que pode ser utilizada apenas como mais uma ferramenta disponível e alternativa, reduzindo o seu uso à repetição de práticas existentes.

Não obstante, a Internet potencia e ajuda as práticas de transição em Portugal (vista como uma sociedade em transição) para a sociedade em rede (considerada como processo que se encontra em curso, mas com características próprias de outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento). Importa ainda salientar que a realidade observada a nível global, europeu e nacional, entre os dados observados da primeira década do novo milénio são diversos e relativos a uma situação que evoluiu rapidamente e carece de nova reflexão e atualização face aos desenvolvimentos mais recentes associados com as crises financeiras e económicas sentidas no mundo ocidental e, em consequência, à escala global, num processo que claramente se encontra em fase de construção e que deve ser orientado por um conjunto limitado de questões essenciais.

Por seu lado, algumas das projeções sobre o emprego, principalmente em sectores tradicionais apontam para mudanças drásticas. Em especial, as transformações sentidas pelos Estados e, consequentemente, pelo sector público, estão a aumentar as pressões para a diminuição da oferta de emprego na administração pública, tanto central como local. No contexto nacional, onde este emprego apresenta muitas vezes um aspeto social e o Estado se assume, em muitas regiões, como o principal empregador, esta alteração terá com certeza um impacte social significativo. A tal acresce a maior resistência da administração pública central que, pelas suas características consegue resistir de forma mais eficaz a mudanças – provocando desequilíbrios não só nas relações com a administração pública local, como perturbações no estilo mais digital que o serviço público tem de (mais do que dever) proporcionar ao cidadão.

A figura 2 apresenta precisamente um projeção sobre o potencial de digitalização e diluição do trabalho pela via do uso de computadores. No estudo em causa, são ilustradas transformações significativas no emprego, conforme discutido para o caso da administração pública por Vidigal (2014) – por se tratar essencialmente de uma atividade administrativa e de suporte ao comando e controle. De facto, segundo Benedikt e Osbone (2013), o impacte do digital vai ser sentido em todos os setores de atividade, embora de forma não homogênea. Conforme estes autores defendem, estas alterações tendem a ser função do grau de potencial introdução do digital e da capacidade existente para a substituição da atividade humana por esta representar práticas e processos não-alinhados com as redes e os crescentes requisitos de qualidade e tempo de resposta ou por, simplesmente, não gerarem valor acrescentado que permita tornar a atividade sustentável com intervenção humana (embora esta discussão esteja fora do âmbito deste trabalho, é relevante e as suas implicações demasiado sérias, para deixar sem regulação, ao livre arbítrio do mercado).

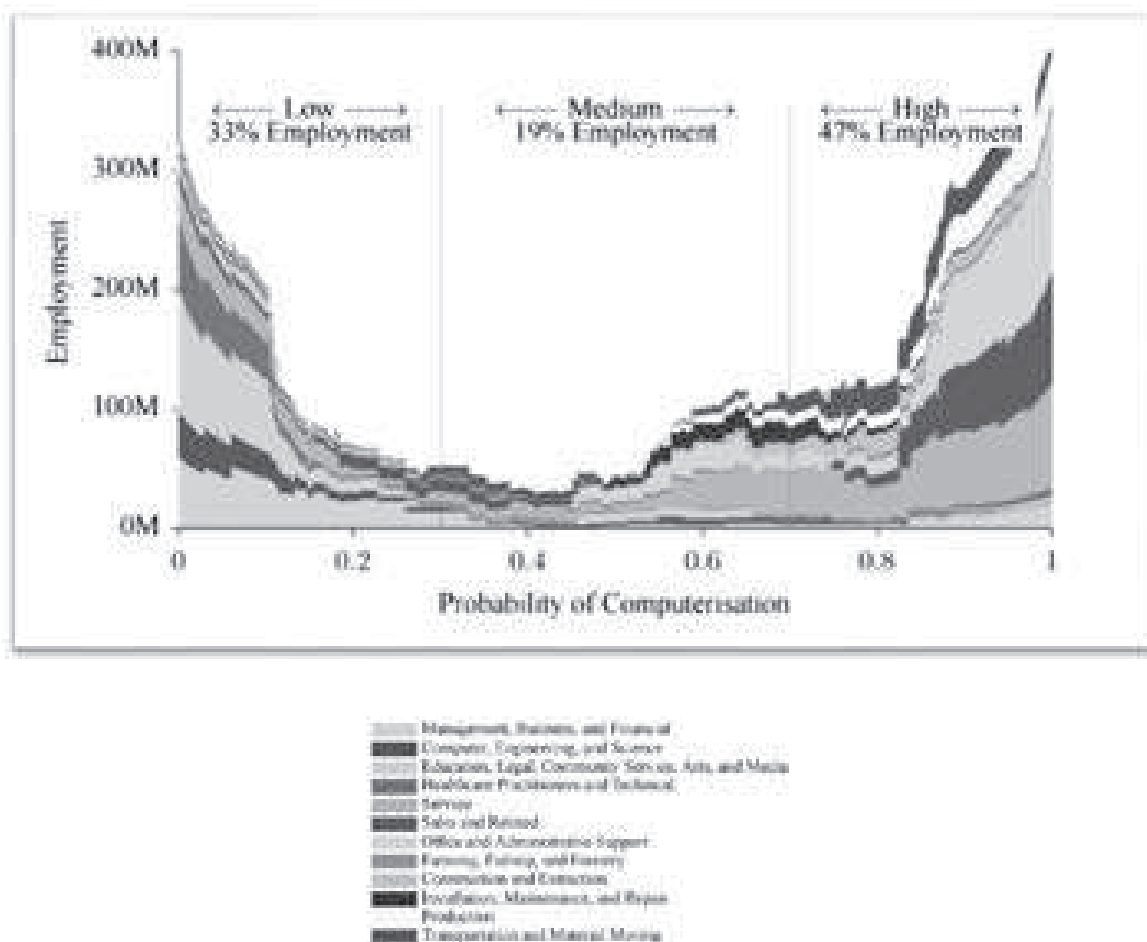


Figura 2: Os computadores e o digital no emprego (Benedikt e Osborne, 2013)

Benedikt e Osborne (2013) reforçam ainda que o impacto do digital poderá levar ao “desaparecimento de 47% das profissões atuais devido à informatização”. Estes autores estão claramente entre os mais pessimistas sobre as alterações sobre o emprego. Outras visões, mais Shumpeterianas, defendem a existência de transformações que vão destruir o “velho emprego”, mas criar um novo – recuperando o conceito avançado por Shumpeter da destruição criativa (Shumpeter, 1934). De facto, os neo-shumpeterianos aplicam estas ideias à mudança tecnológica. Adicionalmente, autores como Jeremy Rifkin (2014) discute a questão ilustrada pela figura 2 e a necessidade de redefinirmos o nosso conceito de trabalho, apontando para a necessidade de pensar o que fazer aos trabalhadores de um contexto de trabalho assalariado em massa (a nossa sociedade transformada já não considera). Segundo o mesmo autor, o “problema passa mais pela questão de como poderemos reconfigurar o que entendemos por trabalho e não tanto de como vamos reciclar a mão-de-obra” (Rifkin, 2014).

Numa outra obra, de ampla divulgação, estas discussões também tiveram eco e os autores afirmam mesmo que existe um novo contrato social, pela criação de mais serviços, mais emprego e menos Estado, mas que resultado de uma conjuntura de forte turbulência e imprevisibilidade veio afirmar um Estado ainda maior, conforme referem: “tudo aquilo que o Estado privatizou até agora, com a exceção das *utilities*, está destinado a ter um peso atenuado no volume de riqueza que no futuro será produzido pelos países avançados. Portanto, se não for suplantado atual modelo, que confia mais ou menos exclusivamente ao setor público a formação escolar e profissional e os tratamentos médicos, a quota de rendimento movimentada pelo Estado – que todos dizem por palavras, desejar reduzir – voltará inevitavelmente a crescer. Deste modo, (...) obrigando a opções fiscais agressivas e perdendo oportunidades de criar milhares de postos de trabalho” (Gaggi e Narduzzi, 2006).

5. Comentários finais: a defesa do emprego

Provavelmente, um dos aspetos a ter que merecer intervenção ao nível da política pública, poderá ser a preservação e defesa do emprego. Talvez se assista, num futuro bem mais próximo que o esperado, ao recurso de cotas mínimas de recursos humanos para determinadas atividades, impondo assim, formas não económicas de regulação do mercado de trabalho.

A sua efetivação poderá passar por diversas vias, mas as mais comuns e descritas na literatura, passam pela existência de grupos de reforço que se substituem e estão em alternância, em trabalho efetivo e em formação (alternando o seu estado e ocupando o mesmo posto).

Outra alternativa, é a distribuição de horas de trabalho por mais pessoas, diminuindo dessa forma o total de horas de trabalho de cada um, mas promovendo um maior número de empregos – e também de tempo livre, que é, por sua vez, gerador de mais emprego.

Ainda, no que respeita a formas tradicionais, os diferentes níveis de emprego, podem ser mantidos ou até mesmo reforçados, por via dos vínculos ou de uma forma mais discreta, em que a permanência é intermitente e com diferentes níveis de relacionamento. Neste caso, a maior novidade passa por associar bolsas de efetivos a grupos de organizações, com um muito maior grau de mobilidade do que aquele que atualmente é conseguido – aliás algumas destas experiências estão a ser postas em execução com bastante resistência de todas as partes implicadas (*stakeholders*), como os próprios trabalhadores, as organizações, os sindicatos e o poder político e, mesmo, a própria sociedade civil).

Por outro lado, esta mesma maior mobilidade e acomodação de competências pode ser conseguida pela maior flexibilidade e sofisticação de sistemas de informação que garantem o acompanhamento e suporte à atividade profissional de formas bem mais significativas. Neste caso, a parte maior da transferência de valor seria para acomodar emprego e não gerir mais-valias financeiras, registo esse que não tem sido o que tem sido seguido (também), talvez por incapacidade de perceber as consequências de um jogo de soma nula ou pela diminuição efetiva do poder executivo ao nível dos Estados.

Este fenómeno origina, como consequência, que quando não existir emprego em quantidade, não serão gerados os fluxos de troca que sustentam o próprio emprego, pois as interações de rede vivem da capacidade de cada nó individual de poder libertar recursos e a rede, por sua vez, dos fluxos gerados pelos seus nós, numa alimentação mútua, que gera a sua sustentabilidade.

É precisamente nestas questões que o digital mais pode revolucionar o conceito. Anteriormente, seria esperado que as atividades mais exigentes do ponto de vista intelectual estivessem entre aquelas que menos influência teriam dos sistemas e tecnologias de informação. Mas o crescente uso e sofisticação das plataformas digitais veio demonstrar que muitas das atividades criativas foram não só influenciadas mas também alteradas pelo crescente uso do digital.

Assim, entre as necessidades de trabalho e o emprego dos recursos humanos gera-se uma relação diversa, exigindo uma abordagem não clássica que garanta o todo em nome das partes e permita o estabelecimento de organizações de emprego baseadas no conceito de grupo de pessoas e não num esquema mais atómico, associado com cada indivíduo. Neste contexto, o trabalho escasseia e aumenta de valor, fazendo com que o emprego seja tendencialmente de menor retribuição.

Como os fluxos e as trocas de informação se constituem pelos dados que são transferidos, em muito grande quantidade e diversidade, agentes e também valor que permite o estabelecimento de padrões e consequentemente se estabelecem como um novo capital.

Este novo capital sucede aos fluxos económicos que se conhecem no contexto da economia tradicional. Neste último contexto, seria interessante uma nova e mais profunda reflexão tendo por ponto de partida, saber se o emprego ainda é central à atividade humana e de que forma pode cada indivíduo assegurar a sua sustentabilidade?

Por sua vez, o emprego, desde que produza dados suficientes da sua atividade, pode até nem estar relacionado com formas menores de gerar valor, como o trabalho, tal como nós o conhecemos atualmente.

Urge assim a defesa do emprego ou de um seu substituto, para manter a sociedade ocupada e capaz de gerar valor no seio da sua diversidade. E ser capaz de o fazer de uma forma plural e em rede, que proporcione oportunidades iguais para pessoas diferentes – algo que ironicamente, os primeiros tempos da sociedade em rede pretendem prender numa visão de ordem e organização, muito à semelhança daqueles que foram os primeiros tempos da revolução industrial e da formação da nossa visão atual do que é o emprego (esse, o trabalho, sempre existirá e é inerente à condição humana).

6. Referências

- Amaral, L. (2007). *A sociedade da informação*. In Coelho, D. (2007). *Sociedade da Informação. O percurso Português*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Barney, D. (2004). *The Network Society*. Polity Press.
- Benedikt, C. and Osbone, M. (2013). *The Future of Employment: How Susceptible are Jobs to Computerisation? Oxford University Engineering Sciences. Department and the Oxford Martin Programme on the Impacts of Future technology*. Workshop “Machines and Employment”. Setpember, 17th.
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks. How Social Production Transforms Markets and Freedom*. London: New Haven University Press.
- Beynon-Davies. (2002). P. *Information Systems: an introduction to informatics in organisations*. Palgrave.
- Castells, M. (1989). *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process*. Blackwell Publishing.
- Castells, M. (2001). *The Internet Galaxy. Reflections on the Internet, Business, and Society*. Oxford University Press.
- Castells, M., Cardoso, G. (eds) (2005). *The Network Society: From Knowledge to Policy*. Centre for Transatlantic Relations: Johns Hopkins University.
- Castells, M., Fernández-Ardevol, M., Qiu, J., Sey, A. (2007). *Mobile Communication and Society. A Global Perspective*. The MIT Press.
- Coelho, D. (2011). *Do Plano tecnológico à Agenda Digital. Cinco anos de tomadas de posição do grupo de alto nível da APDSI*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Gaggi, M. e Narduzzi, E. (2006). *Low Cost. O Fim da Classe Média*. Lisboa: Teorema.
- Gouveia, L. (2006). *Negócio Electrónico: conceitos e perspectivas de desenvolvimento*. Livro I - Coleção Negócio Electrónico. Dezembro. Lisboa: SPI - Principia.
- Gouveia, L. e Neves, J. (2014). *O Digital e a Sociedade em Rede: contribuições para a importância de considerar a questão da (ciber)defesa*. Revista do Departamento de Inovação, Ciência e Tecnologia (DICT). N. 5. Universidade Portucalense. Dezembro, pp 34-40. ISSN 1647-4023.
- Gouveia, L. e Ranito, J. (2004) *Sistemas de Informação de Apoio à Decisão*. Livro VII - Coleção Inovação e Governância nas autarquias. Dezembro de 2004. SPI - Principia.
- Greenspan, A. (2007). *A Era da Turbulência. Contribuições para um Mundo em Mudança*. Lisboa: Editorial Presença.
- Moniz, A. (2007). *A sociedade da informação numa perspetiva do emprego e do trabalho*. In Coelho, D. (2007). *Sociedade da Informação. O percurso Português*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Negroponte, N. (1995). *Being Digital*. London: Hodder and Stoughton.
- Ramonet, I. (2002). *Guerras do Século XXI. Novos medos, novas ameaças*. Porto: Campo das Letras.
- Rifkin, J. (2014). *A Terceira Revolução Industrial. Como a nova era da informação mudou a energia, a economia e o mundo*. Bertrand Editora.
- Shumpeter, J. (1934). *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- STAC (2014). *The future of Europe is Science. Report on Science and Technology Advisory Council*. European Commission.
- Toffler, A. (1984). *A Terceira Vaga*. Coleção Vida e Cultura. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Toffler, A. (1990). *Os Novos Poderes*. Coleção Vida e Cultura. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Vidigal, L. (2014). *Contributos para a Reforma do Estado à luz da Sociedade da Informação*. 13º Fórum da Arrábida “Repensar o Futuro da Sociedade da Informação – A Reforma do Estado”. Convento da Arrábida. APDSI. 10 de Outubro.